

PROCESSO Nº: 77 / 2024

Processo: 77 / 2024

Data de entrada: 7 de Maio de 2024

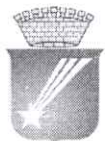
Autor: Chefe do Executivo

Protocolo: 2526 / 2024

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 148/2020, de autoria do Vereador Preto Aquino, que "Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, conforme mensagem nº 88/2024.

Despacho Inicial:

_____ **NORMA JURIDICA** _____



MENSAGEM Nº. 088/2024

A Sua Excelência o Senhor

Eriko Samuel Xavier de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Natal

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 06/05/2024

Simone Aguiar
Simone Aguiar
Ass. Parlamentar
Presidência

Em 30 de abril de 2024.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 148/2020**, de autoria do Vereador Preto Aquino, aprovado em sessão plenária realizada no dia 04 de abril de 2024, e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de 10 de abril de 2024, o qual "*Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências*", eivado de inconstitucionalidades de cunho formal, afrontando o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição da República c/c art. 21, incisos IX e X, e 39, § 1º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei em questão, pretende o Poder Legislativo Municipal obrigar o Poder Público Municipal a realizar o monitoramento da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, duas vezes ao ano com intervalo de 06 meses (art. 1º).



Dispõe que os resultados das análises deverão ser entregues nos estabelecimentos monitorados para que sejam compartilhados nas reuniões com os pais ou responsáveis pelos alunos (art. 2º) e que as instituições de ensino devem promover a higienização das suas respectivas caixas d'água, cisternas e bebedouros, periodicamente, com intervalo de 06 meses (art. 39).

Por fim, prevê que as despesas decorrentes da execução da lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário (art. 4º).

Da análise do que foi acima relatado, vê-se que, embora a presente proposição legislativa possua objetivos louváveis, não há como prosperar, em razão das inconstitucionalidades que a maculam, por interferir na organização administrativa, bem como por criar novas despesas para esta Municipalidade, invadindo a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito.

Ora, além da obrigação de análise e monitoramento, também impõe a obrigação de higienização das caixas d'água das escolas públicas, ambas a cada seis meses, o que demanda estrutura, quadro de pessoal e expertise próprios do Poder Executivo, razão pela qual não pode o Poder Legislativo imiscuir-se em tais questões.

Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias.

A propósito, ensina o administrativista Hely Lopes Meirelles, in verbis:

"Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal."

(Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 1997, 9.ª ed., p. 431)



Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", tem-se o seguinte:

"Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

*b) **organização administrativa** e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;" (grifos acrescentados)*

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

"Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

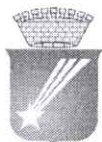


Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei."

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADI ESTADUAL. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE ESTABELECE COMPETÊNCIAS PARA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO. USURPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. JURISPRUDÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. 1. Trata-se de Agravo em Recurso Extraordinário por meio do qual a MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO manifesta o seu inconformismo com o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, que declarou a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da Lei Estadual 8.723, de 24 de janeiro de 2020, que criou "o Programa Estadual de Videomonitoramento - PEV -, com o objetivo de aperfeiçoar e expandir o alcance do monitoramento por câmeras no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências" 2. A norma local, de iniciativa parlamentar, a despeito de sua boa intenção, estabelece competências para o Poder Executivo do Estado, em especial para a Secretaria de Estado de Polícia Militar e para a Secretaria de Estado de Polícia Civil. Ao assim dispor, usurpa a iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo,



estabelecida para o Presidente da República no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, aplicado simetricamente a todos os entes da Federação 3. A jurisprudência da CORTE registra que a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, estabelecida no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, para legislar sobre a organização administrativa no âmbito do ente federativo, veda que os demais legitimados para o processo legislativo proponham leis que criem, alterem ou extingam órgãos públicos, ou que lhes cominem novas atribuições. 4. O acórdão recorrido observou esse entendimento, razão pela qual merece ser mantido. 5. Agravo Interno a que se nega provimento. (STF - ARE: 1357552 RJ 0054261-12.2020.8.19.0000, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 21/03/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 25/03/2022)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 10.091, DE 13/11/2017, DE GOIÂNIA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. INICIATIVA RESERVADA AO PREFEITO. OFENSA AOS ARTS. 2º e 77, incisos I e V, DA CARTA ESTADUAL. 1. É da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a deflagração de processo legislativo que trate das matérias elencadas no artigo 77 e incisos da Constituição Estadual. 2. A iniciativa para a elaboração de lei é condição de validade do próprio processo legislativo, do que resulta, uma vez não observada, a ocorrência de inconstitucionalidade formal. 3. Nessa perspectiva, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, evidencia-se a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da Lei nº 10.091/2017, do Município de Goiânia, por afronta aos artigos 2º, caput, e 77, incisos I e V,

CMN - PROCESSO

Nº 74/2024

FOLHA 048



PREFEITURA DO
NATAL

ambos da Constituição do Estado de Goiás, que dispôs sobre normas acerca da inscrição de despesas, para efeito de liquidação e pagamento, pela Administração Pública municipal, eis que tal matéria é reservada à iniciativa legislativa constitucionalmente outorgada ao Prefeito, e afronta ao princípio da separação dos Poderes. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE." (TJGO, Ação Direta de Inconstitucionalidade 5464318-20.2017.8.09.0000, Rel. Nelma Branco Ferreira Perilo, Órgão Especial, DJe de 14/06/2019) (grifos acrescidos)

Assim, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, já que afrontou as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, bem como por criar novas despesas.

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º 148/2020, de autoria do Vereador Preto Aquino, por estar civado de inconstitucionalidades de cunho formal, afrontando o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição da República c/c art. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

CMN - PROCESSO
Nº 77/2024
FOLHA 058



Câmara Municipal do Natal
Departamento Legislativo

CÓPIA
RECEBIDO
Recebido em: 10/04/2024
Por: [Assinatura]
Aécio Tavares da Silva
Mat. nº 04.870-4

OFÍCIO Nº 084/2024-RF

Natal, 05 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
Nesta.

Assunto: Encaminhando Projeto de Lei nº 148/2020, de autoria do Vereador Preto Aquino.

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar à Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 148/2020**, de autoria do Vereador Preto Aquino, aprovado em sessão plenária realizada no dia 04 de abril de 2024, que "*Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências*".

Atenciosamente,

ERIKO JÁCOME

Presidente da Câmara Municipal do Natal



OF 084/2024

PL 148/2020

AUTORIA: Paulo Aquino

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

____ de ____ de ____

PREFEITO

CMN - PROCESSO
Nº 7712024
FOLHA 064

LEI Nº _____

Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder público municipal obrigado, a realizar o monitoramento da qualidade da água das caixas d'água, cisternas e bebedouros dos estabelecimentos de ensino municipal.

Parágrafo único. O monitoramento acontecerá 02 vezes ao ano com intervalo de 06 meses.

Art. 2º Os resultados das análises deverão ser entregues nos estabelecimentos monitorados para que sejam compartilhados nas reuniões com os pais ou responsáveis pelos alunos.

Art. 3º As instituições de ensino devem promover a higienização das suas respectivas caixas d'água, cisternas e bebedouros, periodicamente, com intervalo máximo de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Na impossibilidade de cumprir com a obrigação descrita no caput, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento de cada prazo, a instituição de ensino deve notificar as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, para que adotem providências ao saneamento da obrigação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, e suplementares se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO

Nº 47/3094

FOLHA 072

Sala das Sessões, em Natal, 04 de abril de 2024.


Eriko Jácome

- Presidente

Aldo Clemente

- Primeiro Secretário


Felipe Alves

- Segundo Secretário

Projeto de Lei: 148 / 2020

Data de entrada: 18 de Maio de 2020

Autor: Preto Aquino

Protocolo: 831 / 2020

EMENTA: Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências.

OF 084/2024

Despacho Inicial:

_____ **NORMA JURIDICA** _____



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Preto Aquino

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 148 / 2020
FOLHA: 02 DE 04

CMN - PROCESSO
Nº 54/2024
FOLHA 098

PROJETO DE LEI Nº 148 /20

Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o poder público municipal obrigado, a realizar o monitoramento da qualidade da água das caixas D'água, cisternas e bebedouros dos estabelecimento de ensino municipal.

Parágrafo Único. O monitoramento acontecerá 02 vezes ao ano com intervalo de 06 meses.

Art. 2º. O resultado das análises deverão ser entregues nos estabelecimentos monitorados para que sejam compartilhados nas reuniões com aos pais ou responsáveis pelos alunos.


Art. 3º. As instituições de ensino devem promover a higienização das suas respectivas caixas d'águas, cisternas e bebedouros, periodicamente, com intervalo máximo de 6 (seis) meses.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de cumprir com a obrigação descrita no caput, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento de cada prazo, a instituição de ensino deve notificar as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, para que adotem providências ao saneamento da obrigação.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, e suplementares se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Natal em 01 de maio de 2020.


Preto Aquino
Vereador
PSD



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Preto Aquino

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 148 / 2020
FOLHA: 03

CMN - PROCESSO
Nº 47/2024
FOLHA 104

JUSTIFICATIVA

Por meio do presente Projeto de lei, propomos que seja realizado através do Poder Público Municipal, como praxe de sua competência, o monitoramento da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros dos estabelecimento de ensino municipal.

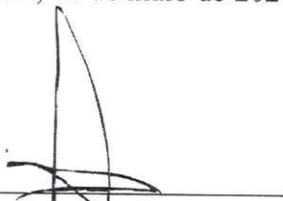
Água, elemento essencial à vida, também constitui um fator de risco à saúde devido à disseminação de contaminantes físico-químicos e/ou biológicos, com surtos epidemiológicos confirmados seja em países desenvolvidos como em desenvolvimento .

As doenças de origem hídrica resultam da ingestão, direta ou indireta, de água contaminada, sendo, frequentes sob condições precárias de saneamento básico e/ou higiene. Crianças, indivíduos imunossuprimidos e idosos destacam-se entre os grupos expostos ao risco de doença de veiculação hídrica . Estudo realizado no Nordeste do Brasil em 2010 aponta a ocorrência de surtos de gastroenterite associados ao consumo de água contaminada em menores de cinco anos.

A Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 05/2017, estabelece procedimentos e responsabilidades para o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade .

Diante do exposto e pela importância desta iniciativa, espera-se contar com o apoio necessário dos ilustres Pares para a aprovação da presente Resolução.

Natal/RN, 01 de maio de 2020


Preto Aquino
Vereador
PSD



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 148 / 2020
FOLHA: 01 Primeira

CMN - PROCESSO
Nº 44/9094
FOLHA 118

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º PL 148 / 2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 19 de Maio de 2020.


PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☒ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 28 de Maio de 2020.

Nancy Roen 04431 RN 9092

PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROJETO DE LEI

Nº 148 / 2020

FOLHA 05 PMM

CMN - PROCESSO

Nº 77/2024

FOLHA 12A

PROJETO DE LEI	148/2020
AUTOR(A)	Ver. Preto Aquino
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para decidir sobre a existência ou não de proposição similar.

Natal, 21 de maio de 2020.

Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
MAT.: 5406692

CMN - PROCESSO

Nº 974/2020

FOLHA 138

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Nina Souza

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 01 / 06 / 2020

Nina Souza
VER^a. NINA SOUZA
PRESIDENTE



C.M.Nat - Projeto de Lei
Número. 148/2020
Folha. 07

C.M.Nat - Projeto de Lei
Número. _____
Folha. _____

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMN - PROCESSO
Nº 77/2020
FOLHA 144

Projeto de lei nº 148/2020

Assunto: "Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, e dá outras providências."


DESPACHO

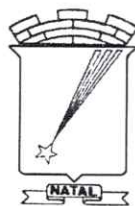
Encaminhem-se os autos do projeto de lei nº 148/2020 à Procuradoria da Câmara Municipal de Natal para emissão de parecer jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 16 de junho de 2020.


KLEBER FERNANDES

Vereador

COMISSOES TECNICAS
Recebido em, 30/06/2020




CMN - PROCESSO
Nº 47/2020
FOLHA 13


PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL – RN
PROCURADORIA LEGISLATIVA

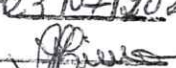
Processo nº 0148/2020
Interessado: Vereador Preto Aquino
Assunto: Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências.

PARECER

1. Versam os presentes autos acerca proposta legislativa de autoria do Vereador Preto Aquino, a qual *"dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e dá outras providências"*.
2. Após certificação do Departamento Legislativo acerca da inexistência de outra proposição semelhante, o projeto foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, de onde veio para emissão de parecer.
3. Analisando os aspectos de constitucionalidade formal, o projeto não apresenta afronta ao disposto no art. 21, c/c art. 39, §1º da Lei Orgânica do Município, veicula matéria que pode ser considerada de interesse local (art. 30, I, da Constituição Federal), e não se encontra sob reserva de lei complementar (art. 38, parágrafo único, da LOM).
4. Ademais, a proposição encontra-se em consonância com as diretrizes constitucionais acerca da proteção integral da infância e da juventude, público que é atendido pelos estabelecimentos de ensino municipal, de forma que do ponto de vista material também não encontra óbices.
5. Tais considerações, obviamente, não infirmam e nem vinculam o entendimento da Comissão.
6. Com essas considerações, retornem os autos à Comissão.

Natal, 21 de julho de 2020.


ANNA LUISA BOTELHO SGADARI PASSEGGI
Procuradora Legislativa Municipal
Matrícula n. 1.766-3

COMISSÃO TÉCNICA
Protocolado em 23/07/2020


Maria Lima Batista Falcão
Comissão Técnica
Mat. 1.205-3



CMN - PROCESSO
Nº 44/2020
FOLHA 168

CMN - Projeto de Lei
Número 148/2020
Folha 09

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

“Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d’água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de nº 148/20, sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d’água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, tal projeto é de autoria do Vereador Preto Aquino.

Compulsando os autos, certifica-se que foram acostados os documentos comprobatórios necessários, bem como justificativa da presente propositura.

Em certidão do setor Legislativo, não foi identificada a existência de Projeto de Lei semelhante.

O projeto foi remetido a Procuradoria para análise jurídica.

É o que importa relatar.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do Regimento Interno desta casa, analisar “aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara”, conforme determina o Inciso I do Artigo 62 do nosso Regimento Interno.



CMN - PROCESSO

Nº 44/2024

FOLHA 174

CMN Int. Projeto de Lei

Número 148/2020

Data 10/07/2020

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

Assim, analisando os aspectos de constitucionalidade formal, o mencionado projeto não apresenta afronta ao disposto nos artigos 21º c/c 39º, § 1º da Lei Orgânica do Município.

A matéria veiculada pode ser considerada de interesse local, conforme preceitua o artigo 30º, inciso I da Constituição Federal, da mesma forma que não se encontra sob reserva de lei complementar, conforme artigo 38, § único da LOM.

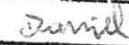
Por fim, a proposição encontra-se em consonância com as diretrizes constitucionais acerca da proteção integral da infância e da juventude.

III – VOTO

Analisando os autos, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 148/20**, diante da inexistência de vício de inconstitucionalidade e de qualquer óbice jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 31 de julho de 2020.


KLEBER FERNANDES
Vereador

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 01/08/2020




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 77/2020
FOLHA 188

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- (X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA () PROCESSO

Nº 148/2020.

Autor (a) Vereador (a): PRETO AQUINO.

Chefe do Executivo: ☐


Relator (a) Vereador (a): KLEBER FERNANDES.

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____.

VOTO DO RELATOR: APROVAÇÃO _____.

Sala das Comissões, em 14 de 09 de 2020.


Vereadora Nina Souza
Presidente


- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Luiz Almir
Vice-Presidente


- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro


- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro


- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Kleber Fernandes
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Preto Aquino
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Sueldo Medeiros
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMNat - Projeto de Lei
Número. 148 / 2020
Folha. 167

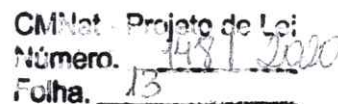
CMN - PROCESSO
Nº 47/2024
FOLHA 198

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Fernando Lucena

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 23/09/2020


VER. KANIERE BARBOSA
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 77/2074
FOLHA 204

Designo o(a) vereador(a) Fernando Lucena para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN, 23/09/2020.

Ver. Raniero Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

(X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
 () EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
 () EMENDA

Nº 1481 2090.

Autor: Vereador(a) Prato Aquino

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a)

VOTO DO RELATOR: _____

Sala das Comissões, em de de 2020.

Vereador Ranieri Barbosa
Presidente

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Maurício Gurgel
Vice-Presidente

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Aroldo Alves
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

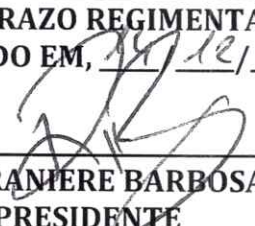
Vereador Fernando Lucena
Membro

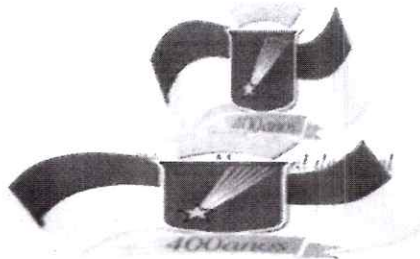
() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Paulo Alves

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 14/12/2020


VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

CMNat - Projeto de Lei
Número. 148/2020
Folha. 15 AA

GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.

Projeto de Lei nº 00148/20
Interessado: Vereador Preto Aquino

CMN - PROCESSO
Nº 44/2024
FOLHA 22A

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise de projeto de lei nº **00148/20**, visa dispor sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, e dá outras providências.

A comissão de constituição e justiça solicitou que a procuradoria legislativa analisasse o tema antes de dar seu parecer.

A comissão de constituição e justiça emitiu parecer favorável, bem como está procuradoria legislativa opinou pelo prosseguimento deste projeto, ante a sua constitucionalidade.

É o breve relatório.

II - ANALISE

O objetivo primordial deste Projeto de Lei visa dispor sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas d'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal, e dá outras providências.

É importante destacar, que o presente projeto não contraria a constituição, bem como não onera o erário.

Passando para outro ponto, sobre a competência municipal para legislar neste assunto o art. 30 da Constituição Federal, disciplina sobre aludido tema, senão vejamos:

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em, 16/12/2020



Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

Ademais, o art. 63 do Regimento Interno desta casa Legislativa, ordena a competência para essa comissão analisar os referidos projetos que poderão gerar algum impacto orçamentário, *In verbis*:

Art. 63 – A comissão de finanças, orçamento e fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:

**I – Aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a sua compatibilidade com plano plurianual de investimento, a lei de diretrizes e o orçamento anual e quanto a sua adequação a eles.
(grifamos).**

Assim, tendo em vista a constitucionalidade do referido projeto de lei e a competência desta comissão para analisar o caso, bem como a ausência de impacto financeiro para esse município, o parecer favorável é a única medida correta a ser tomada.

III - VOTO

Isto posto, após análise do mérito do Projeto de Lei nº **00148/20**, concedo parecer **FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 14 de Dezembro de 2020.


AROLDALVES DA SILVA
Vereador-PSDB

CMNat - Projeto de Lei
Número. 148/2020
Folha. 16
CMN - PROCESSO
Nº 77/9094
FOLHA 238

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 77/2024
FOLHA 24A

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Arnaldo Alves para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 24/12/2020

Ver. Raniere Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

[illegible]

Nº 1481220.

Autor: Vereador(a) Prato Aquino.

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) Arnaldo AM/S.

VOTO DO RELATOR: Favorável ao projeto

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2021.

Vereador Ranieri Barbosa
Presidente

(☒) Favorável ao Parecer
(☐) Contrário ao Parecer
(☐) Abstenção

Vereador Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robson Carvalho
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Robério Paulino
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMNat - Projeto de Lei
Número 148/2020
Folha 18

CMN - PROCESSO
Nº 47/2024
FOLHA 298

**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E
HABITAÇÃO.**

DESIGNO O VEREADOR (A) AVOCADO

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 13/04/2024



VER. ALDO CLEMENTE



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

CMNat - Projeto de Lei
VEREADOR Número. 148/2020
Folha 268
Aldo Clemente
COMPROMISSO COM NATAL

Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação

Projeto de Lei nº: 148/2020

Autor: Vereador Preto Aquino

CMN - PROCESSO
Nº 74/2024
FOLHA 268

PARECER

*Da Comissão de Planejamento Urbano,
Meio Ambiente e Habitação, sobre o
Projeto de Lei nº 148/2020, que
"Dispõe sobre a avaliação da
qualidade da água armazenada em
caixas D'água, cisternas e
bebedouros nos estabelecimentos de
ensino municipal, e dá outras
providências."*

I- Relatório:

Tratam-se os presentes autos de Projeto de Lei nº 148/2020, de autoria do Vereador Preto Aquino, que cuida da avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal.

O projeto possui 05 (cinco) artigos e encontra-se acompanhado de justificativa, conforme se depreende à fl. 02.

A presente medida tramitou perante a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, onde o relator pediu parecer jurídico à Procuradoria Municipal, a qual se manifestou favorável a proposição por estar em consonância



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

**Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Aldo Clemente**

CMN - PROCESSO
Nº 77/2026
FOLHA 278

VEREADOR CMN - Projeto de Lei
Número 148/2020
30 de

**Aldo
Clemente**
COMPROMISSO COM NATAL

com as diretrizes constitucionais acerca da proteção integral da infância e da juventude (fl.08), posição essa seguida pela Comissão de Justiça, conforme fl. 10.

Seguindo, no dia 14 de dezembro de 2020, a proposição foi submetida a Comissão de Finanças, a qual se posicionou favoravelmente à sua tramitação.

Posteriormente foram os autos do projeto encaminhado a Comissão de Planejamento para fins de parecer técnico.

É o que importa relatar.

II - Fundamentação:

Preliminarmente, verifico que a matéria versada no presente projeto se encontra dentre as atribuições dessa comissão previstas no art. 64 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, razão pela qual passo ao exame.

De logo, adianta-se posição de concordância com a proposição aqui analisada, sendo o parecer pela aprovação do projeto.

Ao ler o Projeto verifica-se que o mesmo dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal.

A proposta legislativa é bastante salutar, vez que regulamentar a obrigação e a forma de higienização das caixas d'água, cisternas e bebedouros é uma medida de saúde pública, que exercida de forma correta poderá significar enormes ganhos futuros em saúde e diminuição de atendimentos hospitalares.

Não bastasse, a proposição encontra-se em consonância com várias normas impostas pela portaria



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

CMN - PROCESSO
Nº 74/2021
FOLHA 284

VEREADOR Aldo Clemente - Projeto de Lei
Número 158220
Folha 284

**Aldo
Clemente**
COMPROMISSO COM NATAL

nº 2.914/11 da Anvisa, dentre elas o Art.12, I, que assim dispõe:

Art. 12. Compete às Secretarias de Saúde dos Municípios:

I - exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano;

Nesse contexto, entendo que o projeto merece ter regular tramitação perante essa Casa Legislativa, em razão da importância dos procedimentos sobre o controle e vigilância da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

III - Voto:

Desta feita, opino **favoravelmente** a tramitação do projeto.

É como voto.

Natal/RN, 29 de abril de 2021

ALDO CLEMENTE - Vereador PDT

**Relator e Presidente da Comissão
de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMNat - Projeto de Lei
Número. 148/2020
Folha. 225

CMN - PROCESSO

Nº 57/2021

FOLHA 294

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Aldo Clemente para nos termos do artigo 62 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 13/04/21.

Aldo Clemente
Ver. Aldo Clemente.
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE, E HABITACÃO.

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ EMENDA

Nº 148/2020

Autor: Vereador(a) Proto Aquino

Chefe do Executivo()

Relator: Vereador(a) Aldo Clemente

VOTO DO RELATOR: Favorável projeto

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2021.

Aldo Clemente
Vereador Aldo Clemente
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Erico Jácome
Vereador Érico Jácome
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Klaus Araújo
Vereador Klaus Araújo
Vice-Presidente

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Brisa Bracchi
Vereador Brisa Bracchi
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Raniere Barbosa
Vereadora Raniere Barbosa
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESIGNO O VEREADOR (A) HERBERTA SEN A

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 21/05/22


VER. PREVO AQUINO
PRESIDENTE



Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Herberth Sena

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 148/2020

Folhas: 24

CMN - PROCESSO

Nº 47/2020

FOLHA 31A

PARECER

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Parecer nº 0210/21

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Projeto de Lei nº 148/2020 de Autoria do Vereador Preto Aquino, "Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e das outras providências."

A Comissão, nos termos regimentais, designou-me relator a fim de emitir parecer sobre a matéria, para analisar o referido Projeto de Lei.

Trata-se da análise do **Projeto de Lei nº 148/2020 de Autoria do Vereador Preto Aquino**, "Dispõe sobre a avaliação da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros nos estabelecimentos de ensino municipal e das outras providências."

Temos que, a norma firmada no Regimento Interno da Câmara Municipal, que prevê como atribuição desta Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social a seguinte área de atividade: "*I - projetos referentes à educação, ensino, arte, patrimônio histórico, esportes, **higiene e saúde pública**.*"

Inicialmente, cumpre ressaltar, a importância de projetos de Lei voltados à saúde básica da população, como no presente caso, especificamente, se tratando do monitoramento da qualidade da água armazenada em caixas D'água, cisternas e bebedouros dos estabelecimentos de ensino municipal,



Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120
e-mail: vereador.hs@gmail.com
Telefone: (84) 3232-2467
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena



Palácio Padre Miguelinho

Gabinete do Vereador Herberth Sena

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 142/2020

Folhas: 25

CMN - PROCESSO

Nº 44/2024

FOLHA 328

tendo em vista, a preocupação com as doenças de origem hídrica, preocupação justa e necessária ao bem da sociedade.

Após análise a presente proposição, não constatei nenhum impedimento a sua tramitação nesta comissão, opino pela sua aprovação, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei.

Natal/RN, 17 de agosto de 2021.

Herbert Sena

Vereador – PL

ADRISON DE

ATHAYDE VILELA CID

SILVA:09267618466

Assinado de forma digital por
ADRISON DE ATHAYDE VILELA CID
SILVA:09267618466
Dados: 2021.08.18 09:58:47 -03'00'

Adrison de Athayde Vilela Cid Silva

Advogado OAB/RN 12.822

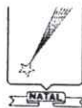
**HERBERTH
SENA** VEREADOR

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN – CEP: 59012-120

e-mail: vereador.hs@gmail.com

Telefone: (84) 3232-2467

Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 141/2020

Folhas: 26

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Herberth Sena para nos termos do artigo 65 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa. Natal, RN 24/05/2021.

CMN - PROCESSO

Nº 141/2020

FOLHA 33

Ver. Preto Aquino
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- (☒) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 143/2020

Autor: Vereador(a) Preto Aquino

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Herberth Sena

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 20 de Setembro de 2021.

Vereador Preto Aquino
Presidente

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Herberth Sena
Vice-Presidente

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Membro

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Luciano Nascimento
Membro

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Geovane Peixoto
Membro

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

Projeto de Lei: Nº 148/2020
Autor(a): Ver. Preto Aquino

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 21 de setembro de 2021.

Dival da Silveira
Assessor Técnico Legislativo
Mat. 5409950



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 148/2020
FOLHA: 28

CMN - PROCESSO
Nº 49/2024
FOLHA 354

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 148/2020 ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Projeto de Lei Complementar ☐ Processo
☐ Projeto de Resolução ☐ Emenda
☐ Projeto de Decreto Legislativo ☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Aprovado em 2ª Discussão ☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Aprovado em Votação Única ☐ Mantido o Veto
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício ☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 03 de ABR de 2024.


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 148/20
FOLHA: 23

CMN - PROCESSO
Nº 44/2024
FOLHA 364

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 148/2020
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
☒ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime


Presidente

Natal, 04 de Atel de 2024.